



SECRETARIA DE OBRAS

Ofício nº 216/2026

Gramado/RS, 19 de Março de 2026

À
Área de Licitações e Contratos
Município de Gramado/RS

Assunto: Manifestação complementar em atendimento ao Despacho nº 78/2026 – Processo Administrativo nº 2582/2026

Prezados,

Em atenção ao Despacho nº 78/2026, exarado nos autos do Processo Administrativo nº 2582/2026, e em complementação à manifestação anteriormente apresentada por meio do Ofício nº 211/2026, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos vem prestar esclarecimentos adicionais acerca dos apontamentos remanescentes indicados nos itens "i" e "ii" do Parecer Jurídico nº 128/2026.

No que se refere ao item "i", relativo à verificação das quantidades estimadas, esclarece-se que os quantitativos constantes do processo foram objeto de levantamento prévio pelas Secretarias demandantes e submetidos à validação dos respectivos ordenadores de despesa, por meio de suas requisições próprias, cabendo a cada Pasta aferir e declarar sua real necessidade administrativa quanto ao estimativo dos materiais para futura contratação. Trata-se, portanto, de quantitativos estimados construídos a partir da demanda informada pelas áreas requisitantes, observadas as rotinas de manutenção, conservação e atendimento operacional dos serviços públicos municipais.

Ressalta-se, ainda, que a modelagem adotada é a de Sistema de Registro de Preços, hipótese em que o quantitativo estimado não gera obrigação de aquisição integral pela Administração, mas constitui referência de demanda máxima projetada para o período de vigência da ata, em conformidade com a necessidade superveniente do serviço público. Nessa perspectiva, o estimativo visa resguardar a Administração para atendimentos futuros que possam ultrapassar a rotina ordinária, inclusive em situações imprevisíveis ou de maior urgência, como manutenções corretivas emergenciais, danos decorrentes de intempéries, intervenções preventivas inadiáveis, reposições extraordinárias e demais ocorrências que demandem pronta disponibilidade de insumos, sem a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório a cada evento.

Assim, o quantitativo estimado não se apresenta como superdimensionamento arbitrário, mas como instrumento de planejamento e prevenção de desabastecimento, compatível com a sistemática do registro de preços e com o dever administrativo de assegurar continuidade, eficiência e economicidade nas contratações públicas. A manutenção do estimativo levantado, portanto, busca atender às necessidades formalmente apresentadas por cada Pasta, preservando margem operacional suficiente para situações específicas e supervenientes, ao mesmo tempo em que não vincula a Administração à aquisição total dos itens registrados.



Quanto ao item "ii", referente aos documentos que as licitantes deverão apresentar para contratar com o Município, esclarece-se que a documentação de habilitação já se encontra disciplinada, de forma geral, na minuta do edital, contemplando a apresentação dos documentos jurídicos, fiscais, trabalhistas e demais exigências legalmente cabíveis à contratação pública, tais como comprovação de inscrição no CNPJ, regularidade perante as Fazendas competentes, regularidade junto ao FGTS, prova de inexistência de débitos trabalhistas e demais documentos pertinentes à habilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

De modo específico quanto ao objeto em questão, consistente na aquisição de materiais de construção, entende-se pertinente e suficiente, para resguardar a adequada execução contratual e a seleção de proposta apta ao atendimento do interesse público, a exigência de atestado de capacidade técnica, quando cabível, bem como a apresentação de catálogos, fichas técnicas ou descritivos dos itens ofertados, de modo a permitir a conferência objetiva da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência. De forma complementar, poderá ser exigida a apresentação de amostras, posteriormente e quando necessária à análise técnica, para fins de validação material da compatibilidade dos produtos com os requisitos mínimos estabelecidos pela Administração.

Tal sistemática, além de observar os princípios da razoabilidade, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa, mostra-se adequada à natureza comum do objeto e suficiente para demonstrar tanto a regularidade documental da licitante quanto a aptidão material dos produtos ofertados. Registra-se, inclusive, que procedimento análogo foi adotado no Pregão Eletrônico nº 01/2025, o qual obteve êxito e atendeu satisfatoriamente à demanda municipal com documentação de mesma natureza, o que reforça a adequação técnica e jurídica da solução proposta.

Dessa forma, para fins de prosseguimento, esta Secretaria ratifica que: a) os quantitativos estimados permanecem mantidos, por refletirem as necessidades formalmente apresentadas e aprovadas pelas Pastas requisitantes, no contexto próprio do Sistema de Registro de Preços; e b) a documentação exigível das licitantes encontra-se contemplada na disciplina editalícia de habilitação, acrescida, no que pertine à qualificação técnica do objeto, de atestado de capacidade técnica, catálogos/descritivos e, se necessário, amostras, de modo a assegurar a conformidade dos materiais e a capacidade da futura contratada.

Sendo o que se apresentava para o momento, encaminham-se os presentes esclarecimentos complementares para análise e prosseguimento do feito.

Atenciosamente,